

07/12/2020

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 513 MARANHÃO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ RIBAMAR SERRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCOS AURÉLIO BARROS SERRA E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS</b>

**AGRAVO REGIMENTAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO  
DE PRECEITO FUNDAMENTAL. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO.  
PESSOA NATURAL. INTERESSE MERAMENTE SUBJETIVO.  
INDEFERIMENTO.**

1. Não se qualifica à intervenção em processo objetivo de tutela da ordem constitucional, seja como *amicus curiae*, seja como terceiro, pessoa natural veiculando interesse meramente subjetivo no desfecho da demanda.

**2. Agravo regimental a que se nega provimento.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer do agravo e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade de votos,

**ADPF 513 AGR / MA**

em sessão virtual do Pleno de 27 de novembro a 4 de dezembro de 2020,  
na conformidade da ata do julgamento.

Brasília, 7 de dezembro de 2020.

Ministra Rosa Weber  
Relatora

07/12/2020

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 513 MARANHÃO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ RIBAMAR SERRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCOS AURÉLIO BARROS SERRA E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS</b>

**RELATÓRIO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Contra a decisão pela qual mantido o **indeferimento** do seu pedido de **intervenção de terceiro** em **arguição de descumprimento de preceito fundamental**, maneja agravo regimental José Ribamar Serra.

**É o relatório.**

07/12/2020

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 513 MARANHÃO****VOTO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Senhor Presidente, insurge-se o agravante, pessoa natural, contra o indeferimento do seu pedido de **intervenção** na arguição de descumprimento de preceito fundamental, na condição de **terceiro interessado**.

O art. 7º, *caput* e § 2º, da Lei nº 9.868/1999, aplicável à arguição de descumprimento de preceito fundamental, **veda a intervenção de terceiros** nos processos objetivos de tutela da ordem constitucional, autorizada a admissão de órgãos ou entidades, na qualidade de *amici curiae*, por decisão **irrecorrível** do relator, desde que a matéria seja de significativa relevância e os requerentes ostentem **representatividade adequada**. De outra parte, o art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.882/1999 **faculta** o relator da arguição de descumprimento de preceito fundamental a autorizar, a seu critério, sustentação oral e juntada de memoriais, a requerimento de interessado.

Na medida em que tendente a pluralizar e enriquecer o debate constitucional com o aporte de argumentos e pontos de vista diferenciados, bem como de informações e dados técnicos relevantes à solução da controvérsia jurídica e, inclusive, de novas alternativas de interpretação da Carta Constitucional, a intervenção do *amicus curiae* acentua o respaldo social e democrático da jurisdição constitucional exercida por esta Corte.

A **utilidade** e a **conveniência** da intervenção do *amicus curiae* devem ser previamente **examinadas pelo relator**, ao decidir sobre o seu pleito de ingresso no processo. O art. 7º, §2º, da Lei nº 9.868/1999 lhe confere um poder **discricionário** (“o relator [...] poderá, por despacho irrecurível, admitir...”), e não vinculado.

Na dicção do Ministro Celso de Mello, “a intervenção do *amicus curiae*,

**ADPF 513 AGR / MA**

*para legitimar-se, deve apoiar-se em razões que tornem desejável e útil a sua atuação processual na causa, em ordem a proporcionar meios que viabilizem uma adequada resolução do litígio constitucional"* (ADI 2.321-MC, rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgada em 25.10.2000, DJ 10.6.2005, excerto da ementa).

Tais requisitos dizem respeito à apreciação, a cargo do relator, acerca da **necessidade** do ingresso do *amicus curiae* no processo e, ainda, da **efetiva contribuição** que a sua intervenção possa trazer para a solução da lide jurídico-constitucional. A regência normativa do instituto desautoriza falar, pois, em **direito subjetivo** do requerente à habilitação nessa condição.

O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que as pessoas naturais, notadamente quando veiculam interesse **meramente subjetivo** no desfecho da demanda, não podem ser admitidas como *amici curiae*, por carecerem da representatividade inerente à essa modalidade de intervenção. Nesse sentido: **ADPF 672**, Ministro Alexandre de Moraes, decisão de 17.9.2020, DJe 18.9.2020 **ADPF 328**, Ministro Marco Aurélio, decisão de 31.8.2020, DJe 02.9.2020; **ADPF 740**, Relatora Rosa Weber, decisão de 01.10.2020, DJe 05.10.2020; **ADPF 413**, Ministro Dias Toffoli, decisão de 19.3.2018, DJe 21.3.2018; **ADPF 216-ED**, Ministra Cármen Lúcia, decisão de 25.02.2013, DJe 28.02.2013; **ADI 4178**, Ministro Cezar Peluso, decisão de 07.10.2009, DJe 15.10.2009; **ADI 4403**, Ministro Ricardo Lewandowski, decisão de 25.5.2010, DJe 28.5.2010; **ADPF 205**, Ministro Dias Toffoli, decisão de 16.2.2011, DJe 23.2.2011; **RE 606199**, Ministro Teori Zavascki, decisão de 20.9.2013, DJe 24.9.2013.

Destaco, ainda, firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que inaplicável a disciplina do **art. 138 do CPC** às ações de controle concentrado de constitucionalidade, por se tratar de hipótese regida por normas especiais (**Leis nºs 9.868/1999 e 9.882/1999**), a afastar a incidência de regra de caráter geral.

*In casu*, evidente o **caráter apenas subjetivo do interesse ostentado** pelo agravante, pessoa física, na conclusão do processo, o que de modo algum o qualifica à intervenção, seja como *amicus curiae*, seja como

**ADPF 513 AGR / MA**

terceiro.

Ausente amparo legal à admissão do agravante no feito, **nego provimento** ao agravo regimental.

**É como voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 513**

PROCED. : MARANHÃO

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

AGTE.(S) : JOSÉ RIBAMAR SERRA

ADV.(A/S) : MARCOS AURÉLIO BARROS SERRA (8181/MA) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 27.11.2020 a 4.12.2020.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário